

CON

Relatório de Atividades

4º Trimestre



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



COMPOSIÇÃO

Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Vice-Presidência

Conselheiro Dimas Ramalho

Corregedoria

Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli

Conselheiros

Renato Martins Costa

Sidney Estanislau Beraldo (até 25/11/2025)

Marco Aurélio Bertaiolli

Maxwell Borges de Moura Vieira

Wagner de Campos Rosário

Carlos Cezar (a partir de 27/11/2025)

Corpo de Conselheiros Substitutos – Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis – Coordenador

Conselheiros Substitutos – Auditores

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Samy Wurman

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Letícia Formoso Delsin Matuck Feres – Procuradora-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Élida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP

Denis Dela Vedova Gomes – Procurador-Chefe

Procuradores

Débora Sammarco Milena

Fernanda Bardichia Pilat Yamamoto

João Carlos Pietropaolo

Marcel Felipe Moitinho Torres

Roberto Pereira Perez

Secretaria-Diretoria Geral – SDG

Germano Fraga Lima

Departamento Geral de Administração – DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO TRIMESTRE	5
2.	CORPO DIRETIVO.....	34
3.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS.....	35
3.1.	FÍSICOS	35
3.2.	ELETRÔNICOS.....	36
4.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS	37
4.1.	PELO TRIBUNAL PLENO.....	37
4.2.	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS.....	37
4.3.	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES.....	37
4.4.	PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES.....	37
4.5.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC.....	38
4.6.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.....	38
5.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	39
5.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	39
5.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	39
5.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II	39
5.1.3.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	42
5.1.4.	Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE.....	42
5.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp	42
5.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA.....	43
5.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	43
5.2.2.	Planejamento e Orçamento.....	43
5.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI	54
5.4.	GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP	55
5.5.	ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP	56
5.6.	DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC	57
5.7.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	58
5.8.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP.....	60
5.9.	OUIDORIA	60
5.10.	CONTROLADORIA INTERNA	61
5.11.	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS	61
5.12.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	63
5.13.	ASSESSORIA POLICIAL CIVIL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	64
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Conselheiros Substitutos-Auditores)	35
Tabela 1 - Processos Instruídos – DSFs	39
Tabela 2 - Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	40
Tabela 3 - Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais	40
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas Correntes.....	47
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas de Capital	48
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas Correntes	49
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas de Capital	50
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas Correntes.....	51
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas de Capital	52
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas Correntes	53
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas de Capital	54
Tabela 12 - Atividades da EPCP - 4º trimestre	57
Tabela 13 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos	58
Tabela 14 - Comunicados expedidos pelo GP	65
Tabela 15 - Comunicados expedidos pela SDG.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 4º trimestre	38
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	41
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	41
Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria	61
Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional.....	62

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRA CRISTIANA
DE CASTRO MORAES
Presidente do TCESP

O *Tribunal de Contas do Estado de São Paulo* encerrou o *quarto trimestre de 2025* com expressivos avanços no cumprimento de suas **atribuições constitucionais**, reafirmando seu compromisso com a **fiscalização**, a **orientação aos gestores públicos** e a **promoção da transparência**.

Entre os principais destaques do período, destaca-se a conquista do **Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública**, que consolida a Corte como referência nacional em acesso à informação e prestação de contas à sociedade.

O TCESP também **ampliou e fortaleceu parcerias institucionais**, por meio da participação em eventos e da cooperação com **entidades de diferentes esferas**, com foco na **integridade**, na **prevenção** e no **combate à corrupção**, bem como no **aprimoramento da gestão pública**.

Essas iniciativas evidenciam uma **atuação ampla, integrada e estratégica do Tribunal**, que articula **fiscalização, orientação técnica, inovação tecnológica e diálogo institucional**. O resultado é uma Corte cada vez mais preparada para assegurar a **boa aplicação dos recursos públicos**, **fortalecer a cidadania** e consolidar seu papel central no desempenho das **atribuições referentes ao controle externo**.

Este relatório, elaborado em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, reúne as **principais atividades desenvolvidas no quarto trimestre de 2025**, tanto no exercício do **controle externo** quanto na **gestão administrativa interna**.

1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO TRIMESTRE

INSTITUCIONAL

Boas práticas da fiscalização



As boas práticas de fiscalização e inovação desenvolvidas pelos Tribunais de Contas de todo o Brasil passaram a ser reunidas em um portal inédito, o Portal

de Boas Práticas dos Tribunais de Contas, criado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, em parceria com o Instituto Rui Barbosa. A iniciativa teve como objetivo reunir, de forma colaborativa, aberta e interativa, soluções voltadas ao aprimoramento do controle das contas públicas. O TCESP participa do projeto com o programa do IEG-M.

Portal de boas práticas municipais

O TCESP criou o “Painel de Boas Práticas Municipais”, que reúne políticas públicas de sucesso implementadas por prefeituras paulistas,



com base nos resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). A plataforma, acessível em <https://go.tce.sp.gov.br/sri2e7>, apresenta iniciativas em saúde, educação, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, segurança e tecnologia da informação, em municípios com mais de 5 mil habitantes. Os projetos foram avaliados quanto a impacto, dados e possibilidade de replicação, e cada prática passou por análise para verificar o atendimento aos critérios definidos. Ressalte-se que tal avaliação não interferiu nas notas do IEG-M ou no exame das contas do Executivo.

Governadores Provinciais de Angola



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recebeu, em 15 de outubro, uma comitiva de Governadores Provinciais da República de Angola, participante de programa de intercâmbio institucional com a Fundação Dom Cabral. A delegação foi recepcionada pela Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, com a presença de representantes do Ministério Público de Contas. Durante a visita, foram apresentados o modelo de atuação dos Tribunais de Contas no Brasil e as iniciativas do TCESP. Os governadores acompanharam a Sessão Plenária e conheceram as dependências da instituição. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a cooperação institucional e a troca de experiências em gestão pública.

Revista Cadernos – Edição Especial

O TCESP publicou uma edição especial da Revista Cadernos, em comemoração aos 10 anos do IEG-M. A publicação, de caráter técnico-científico, reuniu 18 artigos que analisaram o impacto



do indicador na Administração Pública, abordando as sete dimensões avaliadas pelo índice. A revista está disponível para leitura pelo [link https://go.tce.sp.gov.br/32egpr](https://go.tce.sp.gov.br/32egpr).

Sessão solene de posse do Conselheiro Wagner de Campos Rosário



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou, em 7 de novembro, cerimônia solene de posse do Conselheiro Wagner de Campos Rosário, cuja posse administrativa ocorreu em 25 de setembro. A solenidade contou com a presença de autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de Conselheiros, servidores, familiares e convidados.

Durante o evento, o novo Conselheiro assinou o termo de posse e recebeu o Colar de Mérito de Contas, em reconhecimento à sua trajetória dedicada ao serviço público, incluindo atuação no Exército Brasileiro, na Controladoria-Geral da União e na Controladoria-Geral do Estado de São Paulo. Em seu discurso, o Conselheiro Wagner de Campos Rosário agradeceu às instituições e às pessoas que contribuíram para sua carreira, destacando a importância do compromisso com a ética e a eficiência na gestão pública.

Autoridades presentes, como o Governador Tarcísio de Freitas, o Presidente da Alesp, Deputado André do Prado, e o Ministro do STF André Mendonça, enfatizaram a capacidade técnica e a experiência do Conselheiro, ressaltando que sua chegada fortalece a Corte e contribuiu para a promoção da boa governança e da gestão eficiente no Estado de São Paulo.

Natural de Juiz de Fora (MG), Wagner de Campos Rosário possui formação em Ciências Militares, pós-graduação em Aperfeiçoamento de Oficiais e mestrado em Combate à Corrupção e Estado de Direito pela Universidade de Salamanca. Atuou como Auditor Federal e Secretário-Executivo na CGU e dirigiu a CGE-SP antes de integrar o TCESP.

Posse administrativa e solene do Conselheiro Carlos Cezar



Em 27 de novembro de 2025, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou a posse administrativa do Conselheiro Carlos Cezar, em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência da Corte, com a participação de membros do Tribunal, do Ministério Público de Contas, de servidores e de familiares. Na ocasião, foram ressaltadas a experiência do empossado na vida pública e a expectativa de sua contribuição para o fortalecimento institucional do TCESP.

Na sequência, em 8 de dezembro, no Auditório Nobre do Tribunal, ocorreu a cerimônia solene de posse, que reuniu integrantes do Colegiado, autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, representantes do sistema de controle externo, além de servidores, familiares e convidados. Observado o rito institucional, a sessão foi conduzida pela Presidência do TCESP, com a leitura e assinatura do termo de posse e a outorga do Colar de Mérito de Contas ao novo Conselheiro.

As manifestações destacaram o papel constitucional do Tribunal na fiscalização e na orientação da Administração Pública, bem como a relevância do ingresso do Conselheiro Carlos Cezar para o aprimoramento das atividades da Corte e o fortalecimento da boa governança. Em seu pronunciamento, o Conselheiro empossado reafirmou o compromisso com a impessoalidade, a técnica e a responsabilidade no exercício da função, em consonância com a missão institucional do Tribunal de Contas na defesa do interesse público e na correta aplicação dos recursos públicos.

Natural do Paraná e radicado em Sorocaba, Carlos Cezar é formado em Teologia e em Direito, com trajetória política que inclui mandatos como Vereador e Deputado Estadual. Indicado pelo Governador do Estado de São Paulo e aprovado pela Alesp, assumiu o cargo após a aposentadoria do Conselheiro Emérito Sidney Estanislau Beraldo.

Reforma Tributária



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo publicou, em 4 de dezembro, comunicado com orientações e alertas aos municípios e agentes públicos sobre as novas obrigações decorrentes da Reforma Tributária, com foco nas mudanças relacionadas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O documento consolidou informações essenciais sobre prazos e providências que devem ser adotadas pelas administrações municipais durante o período de transição do novo sistema tributário.

Entre os destaques, foi ressaltada a necessidade de adesão à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de padrão nacional (NFS-e), bem como a implementação, até 1º de janeiro de 2027, do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER) e do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).

O TCESP reforçou a importância do planejamento antecipado e da adequação das normas locais às exigências da Reforma Tributária, de modo a assegurar a correta apuração do IBS e evitar prejuízos aos repasses de recursos.

A iniciativa integrou as ações da Corte voltadas à orientação dos gestores públicos e ao apoio institucional aos municípios, com vistas a uma transição tributária mais segura, transparente e eficiente.

Recondução da Mesa Diretora do TCESP



Em 10 de dezembro de 2025, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo elegeu, em Sessão Especial no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, a Mesa Diretora para o exercício de 2026.

A Conselheira Cristiana de Castro Moraes foi reconduzida à Presidência, com os Conselheiros Dimas Ramalho e Marco Aurélio Bertaiolli permanecendo nas funções de Vice-Presidente e Corregedor, respectivamente.

A eleição manteve a formação definida em setembro de 2025, após a aposentadoria do Conselheiro Emérito Antonio Roque Citadini. Durante a sessão, foram destacadas a continuidade das atividades do Tribunal, a importância da orientação aos jurisdicionados, a capacitação interna e externa e o fortalecimento das ações de fiscalização como eixos centrais da gestão para 2026.

O evento contou com a presença dos Conselheiros do TCESP, do Secretário-Diretor Geral, de representantes do Ministério Público de Contas e da Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP, que registraram o apoio e a colaboração institucional para o exercício das atividades do Tribunal.

Educação fiscal nas redes de ensino



O TCESP divulgou o Comunicado SDG nº 76/2025, publicado em 18 de dezembro, orientando os jurisdicionados sobre a inclusão da educação fiscal nos currículos das redes

públicas de ensino. O comunicado informou que a educação fiscal passou a integrar oficialmente as diretrizes da educação básica, em conformidade com normas do Conselho Nacional de Educação e do MEC, e destacou o programa federal “Na Ponta do Lápis”, com materiais pedagógicos da Receita Federal para ampliar o conhecimento sobre tributos, orçamento público e responsabilidade fiscal. O documento também orientou a participação das redes públicas no levantamento nacional da Receita Federal sobre práticas de educação fiscal, visando fortalecer a cidadania fiscal e a transparência na gestão dos recursos públicos.

Balanço de julgados

Ao cumprir sua missão constitucional de fiscalizar a contabilidade, finanças, orçamento, operações e patrimônio públicos do Estado, promovendo transparência e eficiência



na gestão dos recursos, o Tribunal recebeu, em 2025, 3.125 pedidos de medidas cautelares em procedimentos de contratação e exames prévios de edital, cerca de 60% a mais que em 2024, além de 18 pedidos de suspensão de pagamentos e 13 de concursos públicos. Durante o exercício, a 1ª Câmara do votou 3.381 processos, a 2ª Câmara 4.134 e Pleno, 1.346, totalizando 8.861 processos julgados pelos Conselheiros. Os números evidenciaram o papel proativo do TCESP na proteção do patrimônio público, na orientação a gestores em no fortalecimento da governança, reforçando seu compromisso com a transparência e o controle social.

CAPACITAÇÕES

Terceiro Setor



Em cumprimento à sua missão pedagógica e de orientação aos jurisdicionados, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, em 2 de outubro, curso sobre temas relacionados ao Terceiro Setor, no Teatro Municipal de Botucatu, que reuniu mais de 500 participantes. Voltado a servidores públicos estaduais e municipais, a representantes de entidades do Terceiro Setor, a servidores do TCESP e ao público em geral, o encontro teve por objetivo aprimorar o conhecimento acerca do acompanhamento e da fiscalização das parcerias firmadas com essas entidades. A programação contou com autoridades locais e estaduais e foi conduzida por especialistas do Tribunal, reforçando o papel institucional da Corte na prevenção de falhas, na boa aplicação dos recursos públicos e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Dívida ativa

O TCESP realizou, em 9 de outubro, uma *live* dedicada à temática da Dívida Ativa, com o objetivo de difundir conhecimentos técnicos e orientar gestores públicos

Dívida Ativa:
Orientações Gerais

Palestrantes

LIGIA KAORI MATSUMOTO HIRANO
Auditora de Controle Externo

REGIS EIJI YAMAZAKI
Auditor de Controle Externo

8 ENCONTRO DE CONTABILIDADE
16 HORAS DE PALESTRA

9/10
14h | 16h

QR Code

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

quanto aos procedimentos legais e administrativos relacionados à matéria. O encontro abordou aspectos como recuperação extrajudicial, etapas de constituição da Dívida Ativa, pontos de atenção na gestão, boas práticas e a plataforma “Mapa da Dívida Ativa”.

Governança e Contratações Públicas



O Tribunal de Contas promoveu, em 4 de novembro, no Auditório “Ministro Genésio de Almeida Moura”, na Capital, capacitação sobre “Governança e

Contratações Públicas para a Polícia Civil”, voltada para Delegados da instituição na gestão das Unidades Orçamentárias e na execução de contratações públicas, com foco em eficiência e boa governança. O encontro incluiu palestras sobre a Nova Lei de Licitações, abordando agentes de contratação, pregoeiros, comissões, gestores e fiscais de contratos, governança nas licitações, órgãos licitantes, Unidades Gestoras Executoras, dispensa de licitação e compras de pequeno valor. Mais de 130 Delegados participaram do curso, adquirindo conhecimentos para aprimorar a governança e a eficiência nas contratações e promovendo melhor prestação de serviços públicos.

Participação popular e controle social

O TCESP disponibilizou a trilha de aprendizagem ‘Participação Popular e Controle Social’, oferecida pela Escola Paulista de Contas Públicas. Com carga horária estimada em



quatro horas, a iniciativa visa a fortalecer a formação cidadã e ampliar o conhecimento sobre governança e mecanismos de controle social. A trilha, em formato *online* e autoinstrucional, permite que cada participante estude no próprio ritmo, explorando conteúdos sobre Governança, Audiências Públicas, Ouvidoria, Sistema de Informação ao Cidadão, Conselhos de Políticas Públicas, Cidadania Digital, Noções de Administração Pública, entre outros. Com a iniciativa, o TCESP estimula o engajamento cidadão e promove maior transparência e participação na gestão pública.

Gestão pública e autismo



Com foco na promoção do diálogo sobre políticas públicas municipais voltadas a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Tribunal de Contas realizou, em 13 de novembro, no Auditório da Unidade Regional de Araraquara, o encontro “Gestão Pública e Autismo: Perspectivas Municipais”. O evento promoveu debates sobre inclusão e políticas públicas para pessoas com TEA, abordando temas como o papel do Legislativo municipal, direitos das pessoas com autismo, desafios da gestão pública e construção de redes de apoio. A íntegra está disponível no YouTube: <https://go.tce.sp.gov.br/dwx20r>.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



O TCESP, por meio da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), lançou dois módulos da Trilha de Aprendizagem “ODS na Prática”, iniciativa que visa a capacitar gestores públicos para a implementação

dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na gestão municipal. Os módulos disponibilizados abordam “Gestão de Resíduos e Saneamento Básico” e “Mitigação e Adaptação aos Impactos da Mudança Climática”. A trilha reúne conteúdos didáticos, vídeos, manuais, boas práticas, livros, filmes, documentários, *podcasts* e o desafio EPCPlay. Além de ampliar o conhecimento sobre os ODS, os módulos relacionam os objetivos às dimensões do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), oferecendo um guia prático para aprimorar a qualidade dos produtos e serviços disponibilizados à população.

IV Seminário Estadual do Controle Interno



O TCE realizou, em 17 de novembro, o “IV Seminário Estadual do Controle Interno”, com o tema “Gestão Pública e Controle Interno:

Convergindo Governança, Diagnóstico e Ação”. Durante o evento, voltado a servidores municipais e estaduais, a gestores públicos e àqueles que atuam na área da fiscalização, foram apresentadas estratégias de planejamento e aperfeiçoamento das ações de controle interno, bem como políticas de risco e ferramentas de apoio à Administração Pública. Também foi lançado o projeto “Divulgação de Informações Exclusivas aos Controles Internos”, que disponibiliza relatórios gerenciais por meio do Portal do Controle Interno do TCESP, facilitando o acesso a dados e subsidiando decisões.

Conscientização sobre racismo

A Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, disponibilizou ao público em geral o



curso autoinstrucional “Letramento Racial”, que tem como objetivo conscientizar sobre o racismo, ampliando a capacidade de identificar, compreender e enfrentar desigualdades raciais na Administração Pública. O conteúdo, dividido em cinco módulos, aborda consciência racial, marcos legais, conceito de letramento racial, papel do TCESP no combate ao racismo e conteúdos complementares. A iniciativa buscou fomentar práticas antirracistas e contribuir para um serviço público mais justo, inclusivo e eficiente.

Previdência em foco



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou, em 24 de novembro, o encontro “Previdência em Foco – Desafios e Oportunidades na Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)”, voltado a gestores, servidores, órgãos de controle e representantes da sociedade civil. O evento teve como objetivo promover debate técnico, intercâmbio de experiências e fortalecimento da gestão e sustentabilidade dos RPPS.

Durante a manhã, foram apresentados os resultados da Auditoria Extraordinária do TCE SP nos RPPS, além ter sido realizado o lançamento do “Radar Nacional dos Investimentos dos RPPS”, ferramenta de controle social que reúne informações detalhadas sobre carteiras de investimentos e gestores de RPPS, promovendo a transparência e facilitando o acompanhamento público e institucional.

No período da tarde, mesas temáticas abordaram planejamento e governança, controle interno e *compliance*, além do futuro financeiro dos RPPS, reunindo especialistas, gestores e representantes de órgãos de controle para análise de boas práticas e estratégias de melhoria na gestão previdenciária.

O encontro reforçou o compromisso do TCE SP com a orientação técnica, a transparência e a cooperação entre os entes gestores e o controle externo, consolidando um espaço de diálogo e construção conjunta em torno da sustentabilidade e da eficiência dos Regimes Próprios de Previdência.

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos



No dia 10 de dezembro, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sediou o “Seminário Paulista de Enunciados do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA)”, voltado à interpretação e aplicação da Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O evento reuniu especialistas nacionais em Direito Administrativo e contou com a participação da Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, da Procuradora-Geral do MPC, Letícia Formoso Delsin Matuck Feres, do Secretário-Diretor Geral, Germano Fraga Lima, e de representantes do IBDA.

Durante o seminário, foram apresentados os 61 enunciados compilados no livro “Comentários aos Enunciados do IBDA – Nova Lei de Licitações”, aprovados por mais de 100 juristas, com o objetivo de oferecer orientação técnica e segura para a aplicação da nova legislação.

O evento integrou a série nacional do IBDA sobre os enunciados aprovados na “III Jornada de Direito Administrativo” e contou com painéis temáticos presenciais e transmissão *online* pela Escola Paulista de Contas Públicas, reforçando a missão do TCESP de promover capacitação e segurança jurídica para gestores públicos, Tribunais e órgãos de controle.

Audesp Fase V – Repasses Públicos Terceiro Setor



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, nos dias 9, 11 e 16 de dezembro, rodadas de reuniões técnicas com órgãos públicos municipais, estaduais e empresas de Tecnologia da Informação para tratar da prestação de contas no módulo Repasses Públicos do Sistema Audesp Fase V – Terceiro Setor. As reuniões ocorreram no Auditório “Ministro Genésio de Almeida Moura”, na Capital, com a participação da Divisão Audesp, da Diretoria de Sistemas (DSIS) e das Diretorias de Fiscalização do TCESP.

Ao todo, participaram das três rodadas 51 empresas de TI, 15 Secretarias e Órgãos estaduais, e 50 Prefeituras que mais repassaram recursos ao Terceiro Setor em 2024.

O objetivo dos encontros foi ampliar a adesão ao piloto do módulo Audesp – Fase V, identificar gargalos, fornecer orientações técnicas e preparar os entes para o envio correto e tempestivo das prestações de contas de 2025, cujo prazo final é 30 de junho de 2026. O não cumprimento poderá implicar responsabilização dos órgãos concedentes e aplicação de multas conforme o artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

As reuniões visaram a aumentar o número de entes com ambiente de testes ativo, elevar o percentual de envios válidos, reduzir erros e retrabalho, e homologar progressivamente os blocos de prestação de contas. Novos encontros foram agendados para contemplar os demais jurisdicionados e empresas que não puderam participar das três rodadas iniciais.

FISCALIZAÇÃO

Auditoria nos RPPS do Estado de São Paulo



O Conselheiro-Corregedor, Marco Aurélio Bertaiolli, apresentou, durante o evento “Previdência em Foco: Desafios e Oportunidades na Gestão dos RPPS”, os resultados da Auditoria Extraordinária realizada nos 218 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) municipais e na São Paulo Previdência (SPPREV).

A auditoria identificou vulnerabilidades estruturais nos RPPS, incluindo ausência de instrumentos jurídicos para descontos em folha, falhas de controle interno e dificuldades no atendimento a beneficiários.

Foram constatados déficits atuariais significativos e irregularidades em contratos com entidades consignatárias, além de lacunas em autorizações e regulamentações dos descontos.

O TCESP determinou aos RPPS a apresentação de instrumentos e autorizações de descontos, a revisão regular dos procedimentos e a implementação de sistemas de Ouvidoria e validação de autorizações, com prazos de 30, 90 e 180 dias para cumprimento das medidas.

A ação reforçou o papel do Tribunal na fiscalização previdenciária, utilizando auditorias como instrumento de proteção do patrimônio público e de garantia da segurança dos direitos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

PALESTRAS E EVENTOS

I Jornada da Gestão Pública



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio da Unidade Regional de Itapeva (UR-16), participou, nos dias 16 e 17 de setembro, da “I Jornada de Gestão

Pública”, promovida pela Escola de Administração e Contas Públicas da Prefeitura de Itapeva. O evento reuniu autoridades locais, Prefeitos, Vereadores, gestores e servidores públicos, totalizando cerca de 600 participantes. O programa incluiu apresentações culturais do Projeto Guri e palestras sobre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal, licitações e funcionalidades da Audesp, controle interno e repasses ao Terceiro Setor, ministradas por auditores e técnicos da UR-16.

Fomenta 2025

Com foco no fortalecimento da gestão pública municipal e na promoção do diálogo institucional, representantes do TCESP participaram do “Fomenta 2025”, realizado entre 21 e 24 de outubro, em



Águas de São Pedro, evento promovido pela Associação dos Municípios de Pequeno Porte do Estado de São Paulo. A Corte foi representada pela Presidente, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, pelo Conselheiro Wagner de Campos Rosário e pela Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Leticia Formoso Delsin Matuck Feres. Durante a programação, foram ministradas palestras sobre Dívida Ativa e os dez anos do IEG-M. As participações destacaram o caráter orientador e pedagógico das instituições de controle externo, bem como a importância do diálogo com gestores municipais.

Conselheiros do Amanhã



Promovendo a educação cidadã e incentivando a compreensão prática do controle externo, o Tribunal realizou, em 24 de outubro, a edição de 2025 do “Programa Conselheiros do

Amanhã”. O evento ocorreu no Auditório Nobre, contando com a presença de representantes do TCESP e do MPC. Em uma disputa acirrada entre as universidades, os alunos simularam uma sessão de julgamento do Tribunal, com duração de aproximadamente 5 horas, e estiveram no lugar dos Conselheiros da Corte para discutir e julgar casos reais adaptados à atividade, com debates de qualidade, que revelaram divergências de pontos de vistas, gerando decisões com embasamento técnico. A iniciativa reforçou a aproximação institucional com o meio acadêmico, estimulou o conhecimento sobre a Administração Pública e contribuiu para a formação de futuros gestores e profissionais do setor público.

Sistema dos Tribunais de Contas

O Tribunal de Contas participou ativamente de reunião técnica da Atricon, em Brasília (DF), no dia 30 de outubro, com o objetivo de fortalecer a imagem dos Tribunais de



Contas perante a sociedade. A Corte paulista foi representada pela Conselheira-Presidente Cristiana de Castro Moraes e pelo Diretor de Comunicação Social, Fernando Martins. O encontro reuniu Presidentes, Vice-presidentes e representantes dos 33 Tribunais de Contas do país, que tiveram acesso a dados da pesquisa nacional de opinião pública sobre os TCs e debateram prioridades como Comunicação, Educação e Saúde. A partir dessas discussões, foram delineadas ações nacionais conjuntas e estratégias para aproximar os Tribunais dos cidadãos, reforçando o papel do controle externo. A experiência consolidou o compromisso dos Tribunais em desenvolver iniciativas propositivas e eficazes, ampliando o diálogo com a sociedade e fortalecendo a transparência e a efetividade da gestão pública.

1º Simpósio sobre a Nova Lei de Licitações



Servidores da Unidade Regional de São José dos Campos (UR-17) do TCESP participaram do “1º Simpósio sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, realizado em 11 de novembro,

no DEINTER 1. Na ocasião, ministraram a palestra “Atualização de Licitações e Contratos à luz do TCESP” para cerca de 80 participantes, abordando o papel do Tribunal de Contas na execução do controle externo, as atribuições das Unidades Regionais e as rotinas de fiscalização. Além de tratar da Lei nº 14.133/2021, o encontro promoveu debates sobre desafios orçamentários da Polícia Civil e dificuldades nas conduções de Sessões Públicas, proporcionando uma aproximação prática entre a Corte e os Delegados Seccionais e servidores da região. A interação foi uma oportunidade para compreender melhor a realidade da Secretaria de Segurança Pública e adaptar orientações às Unidades Gestoras do Estado (UGEs), alinhando práticas de governança às necessidades do serviço público.

Gestores do Alto Vale do Paranapanema

Com o objetivo de fortalecer a gestão pública municipal, o Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema (AMVAPA) realizou, em 14 de novembro, em



Piraju, um encontro entre o Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Dimas Ramalho, e gestores públicos da região. O evento reuniu cerca de 500 participantes, incluindo Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, servidores e representantes do Terceiro Setor. O encontro destacou a importância da transparência, da boa governança e do fortalecimento das administrações municipais. Iniciativas como essa promovem a integração entre Tribunal e municípios, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente, responsável e alinhada às necessidades da população.

Congresso Internacional dos Tribunais de Contas



Representantes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo participaram, entre os dias 2 e 5 de dezembro, do “IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC)”, realizado em Florianópolis (SC), integrando palestras, reuniões técnicas, comitês e oficinas voltados ao aprimoramento das práticas de controle externo e da fiscalização dos recursos públicos.

Durante o evento, servidores e membros do TCESP contribuíram para debates estratégicos sobre temas de alcance nacional, como fiscalização de emendas parlamentares, segurança pública, educação, primeira infância, reforma tributária, governança climática, sustentabilidade e uso de informações estratégicas para o controle externo.

Também houve participação em redes e comitês técnicos coordenados por entidades do sistema de controle, com foco no planejamento de ações conjuntas, intercâmbio de experiências e definição de auditorias coordenadas para os próximos ciclos.

A presença institucional do TCESP no Congresso reforçou o compromisso da Corte paulista com a cooperação entre os Tribunais de Contas, com a qualificação técnica permanente e com a construção de soluções integradas voltadas ao fortalecimento da gestão pública, da transparência e da efetividade do controle externo.

Controle Interno de São Paulo



O Conselheiro Wagner de Campos Rosário participou, em 9 de dezembro, do encontro “Avanços e Perspectivas do Controle Interno de São Paulo”, promovido conjuntamente pela Controladoria Geral do Estado (CGE-SP) e pela Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM-SP). Também esteve presente a Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Letícia Feres. O evento ocorreu no Centro de Convenções Rebouças, na capital paulista.

A iniciativa integrou as comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em referência à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, assinada em 2003.

O encontro reuniu especialistas e profissionais para debater integridade pública, transparência e aperfeiçoamento das políticas de prevenção, detecção e combate à corrupção nos âmbitos estadual e municipal.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

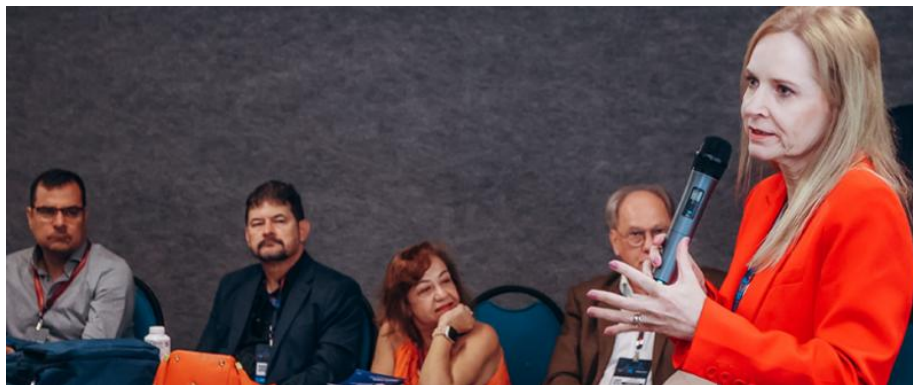
Políticas públicas na Primeira Infância

O TCESP e o TJSP firmaram, em 11 de novembro, Termo de Cooperação Técnica para o “Prêmio Plano Municipal pela Primeira Infância”,



reforçando a promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos. A iniciativa busca estimular municípios a elaborarem e implementarem planos e boas práticas em atendimento ao Marco Legal da Primeira Infância, reconhecendo os esforços que contribuem para a efetivação de políticas públicas nessa etapa crucial do desenvolvimento infantil. A parceria reforça o compromisso do TCESP e do TJSP em estimular iniciativas de alto impacto social desde a Primeira Infância, promovendo qualidade, equidade e eficácia nas políticas públicas.

Eleições IRB e Atricon



Em cerimônia realizada no dia 2 de dezembro, durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, a Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de

Castro Moraes, foi eleita Vice-Presidente de Auditoria do Instituto Rui Barbosa. Na mesma ocasião, a Conselheira também foi escolhida para coordenar os trabalhos do Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público da entidade. Também no Congresso, o Conselheiro-Corregedor Marco Aurélio Bertaiolli foi eleito para comandar a Diretoria de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Regimes de Previdência

A Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, assinou, em 3 de dezembro, protocolo de intenções para a formalização de Acordo de Cooperação



Técnica voltado ao compartilhamento de informações e dados sobre os Regimes Próprios de Previdência Social no Brasil. O instrumento envolveu a Atricon, o Instituto Rui Barbosa, o Tribunal de Contas do Mato Grosso (TCE-MT) e o TCESP, e foi celebrado durante reunião da Comissão do Projeto Previdência do Servidor Público do IRB, no âmbito do “IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas”. O acordo estabeleceu bases para a integração de ferramentas de acompanhamento previdenciário, incluindo o “Radar Nacional dos Investimentos do TCESP” e o Módulo Previdência do TCE-MT, fortalecendo a cooperação institucional e o monitoramento dos regimes previdenciários. No mesmo evento, a Conselheira-Presidente apresentou, em painel temático, as experiências do TCESP ao longo dos dez anos de implementação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

HOMENAGENS E PREMIAÇÕES

Homenagem a membros e servidores



Com o objetivo de reconhecer a dedicação e a contribuição de servidores e membros para o fortalecimento das atividades do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Corte realizou, em 29 de outubro, cerimônia de outorga do “Colar do Centenário” e das Medalhas de “Serviços Meritórios – Categoria Ouro”, no Auditório Nobre da instituição.

Na primeira parte do evento, foram entregues os Colares do Centenário a Conselheiros Substitutos-Auditores, a Procuradores de Contas e ao servidor Marco Francisco da Silva Paes, em reconhecimento ao trabalho prestado ao longo dos anos.

Criado em 2023, o Colar do Centenário celebra os 100 anos do TCESP e presta homenagem à organização inicial do Tribunal por Washington Luís Pereira de Sousa. A condecoração inclui Colar, medalhão, miniatura, roseta e diploma com registro em livro próprio.

Na segunda parte, foram concedidas as Medalhas de “Serviços Meritórios – Categoria Ouro” a servidores de diversos setores da Corte e do Ministério Público de Contas, destacando seu compromisso com o aprimoramento contínuo das atividades do TCESP. A solenidade reforçou o papel da Corte em valorizar o trabalho, a competência e a dedicação de seus servidores, fortalecendo o controle externo e o serviço público prestado à sociedade.

A Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, e o Conselheiro Decano, Renato Martins Costa, enfatizaram a importância da homenagem como reconhecimento institucional e incentivo à excelência no serviço público.

Conselheiro Emérito Sidney Estanislau Beraldo



A 34ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, realizada em 19 de novembro no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, marcou a despedida do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo da Corte de Contas paulista. Após a conclusão da pauta de julgamentos, os Conselheiros prestaram homenagens a Beraldo, que se aposentou ao completar 75 anos, idade prevista pela Constituição Federal para a aposentadoria compulsória. Durante a última sessão como Conselheiro, ele lembrou sua trajetória na vida pública, agradeceu a confiança recebida ao longo dos anos e destacou a importância do compromisso com a Administração Pública.

Troféu Competência Pública

Em 27 de novembro, o Conselheiro Emérito do TCESP Sidney Estanislau Beraldo recebeu o “Troféu Competência Pública”, prêmio concedido a profissionais que



contribuíram para a modernização da Administração Pública. A cerimônia, realizada pela União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp) na Alesp também premiou mais de 50 municípios com o “Troféu Efetividade Pública”, em reconhecimento às altas notas obtidas no Índice de Efetividade da Gestão Municipal, indicador criado e coordenado por Beraldo.

Brigada em Saúde Mental



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo conquistou destaque nacional ao receber o 3º lugar no “Prêmio Innovatio 2025”, durante o “IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas”, realizado em 3 de dezembro, em Florianópolis (SC). A premiação, promovida pelo Instituto Rui Barbosa e pela Atricon, reconheceu iniciativas inovadoras desenvolvidas pelos Tribunais de Contas de todo o país.

O reconhecimento foi concedido ao projeto “Brigada em Saúde Mental”, desenvolvido pelo TCESP, que se destacou pela abordagem inovadora na gestão de pessoas ao institucionalizar ações voltadas ao cuidado com a saúde mental, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável, acolhedor, empático e humanizado.

Criada em dezembro de 2024, por meio da Resolução nº 18/2024, a Brigada em Saúde Mental atua no cuidado de membros, servidores, estagiários e prestadores de serviços do Tribunal, contando com brigadistas capacitados para oferecer suporte imediato em situações de crise.

A iniciativa é coordenada por Fernanda Borges Keid, Diretora da Diretoria de Saúde e Assistência Social – DASAS, e fortalece a cultura de segurança psicológica, bem-estar coletivo e cultura de paz, servindo de referência para práticas humanizadas e estratégicas no âmbito dos Tribunais de Contas.

O “Prêmio Innovatio” contou com a participação de 146 iniciativas, avaliadas por comissão especializada com base em critérios como impacto, inovação e potencial de replicabilidade, com análise de especialistas da FGV EAESP e do Movimento Pessoas à Frente, reforçando o compromisso das instituições de controle com a modernização e a valorização das pessoas.

Programa Nacional de Transparência Pública



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recebeu o Selo Diamante do “Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)” – Edição 2025, reconhecimento concedido durante solenidade realizada em 5 de dezembro, no “IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas”. A premiação foi recebida pela Presidente da Corte, Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

O PNTD avaliou mais de 10 mil portais públicos em todo o país, certificando 2.912 deles, sendo 998 com o Selo Diamante. O levantamento apontou avanço significativo nos níveis de transparência, com índice médio nacional de 66,6% e crescimento expressivo desde 2022.

A certificação do TCESP refletiu o fortalecimento das práticas de transparência ativa e o compromisso institucional com o acesso à informação e com o controle social. A iniciativa, coordenada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, baseou-se em mais de 130 critérios técnicos e contou com a atuação integrada dos Tribunais de Contas e órgãos de controle interno.

O reconhecimento reafirmou o papel do TCESP na promoção da governança pública, da transparência e da *accountability*, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para o fortalecimento da cidadania.

Mérito do Labor Financeiro



A Diretoria de Finanças da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) realizou, em 8 de dezembro, solenidade comemorativa pelos seus 89 anos de atuação. Na

ocasião, personalidades civis e militares que contribuíram de forma relevante para a Diretoria, para a Corporação e para o Estado foram homenageadas com a Medalha “Mérito do Labor Financeiro”. Entre as agraciadas estiveram a Presidente do TCESP e a Procuradora-Geral do MPC-SP, em reconhecimento ao trabalho técnico desenvolvido e ao diálogo institucional mantido com a Polícia Militar, voltado à transparência, à eficiência administrativa e à correta aplicação dos recursos públicos destinados à segurança pública.

Fortalecimento do controle externo

Durante a gravação do programa especial “Grandes Nomes do Controle Externo”, realizada na sede do Instituto Rui Barbosa, em Brasília, a Conselheira-



Presidente Cristiana de Castro Moraes recebeu uma homenagem pelo seu destaque na promoção do fortalecimento do controle externo e da boa governança pública no país. A honraria foi entregue pelo Presidente do IRB, Edilberto Carlos Pontes Lima, que ressaltou a trajetória da Conselheira, marcada pelo compromisso institucional, pela qualificação contínua e pela defesa da transparência e eficiência na Administração Pública. O reconhecimento destacou o trabalho de Cristiana de Castro Moraes, à frente da Presidência do TCESP pela terceira vez (2015, 2021 e 2025), aplicando iniciativas que ampliaram a efetividade da fiscalização e aproximaram o controle externo da sociedade brasileira.

AÇÕES SOCIAIS

Campanha anual de doação de cabelos



Em consonância com o seu compromisso institucional com a promoção da saúde e da responsabilidade social, o TCESP, por meio da Diretoria de Saúde e

Assistência Social, realizou a 4ª Campanha Anual de Doação de Cabelos. Integrada às ações do “Outubro Rosa”, a iniciativa mobilizou servidores ativos e inativos, dependentes, estagiários e terceirizados, que doaram cabelo e receberam corte profissional gratuito. A campanha reforçou a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. As doações foram destinadas à confecção de perucas para pacientes em tratamento quimioterápico pelo SUS, contribuindo para a autoestima, a dignidade e a qualidade de vida.

Ativismo pelo fim da violência contra mulheres

O Tribunal de Contas, por meio de sua Ouvidoria, promoveu, entre 20 de novembro e 10 de dezembro, a campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra



Mulheres”, iniciativa alinhada à mobilização internacional da ONU para prevenção e combate à violência contra mulheres e meninas. A ação incluiu conscientização, reflexão e fortalecimento da proteção às vítimas, destacando a importância da igualdade e da dignidade humana. Como parte das atividades, a fachada da sede do TCESP e das Unidades Regionais foi iluminada na cor laranja. Além disso, o “Banco Vermelho”, iniciativa de reflexão e visibilidade sobre a violência de gênero, circulou pelas Unidades Regionais, com *QR Codes* para a Rede de Apoio à Mulher do Estado de São Paulo. O TCESP também lançou uma série de *podcasts* educativos abordando violência digital contra mulheres e meninas, com entrevistas de especialistas em segurança, saúde e assistência social.

Campanha “Laço Branco”



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aderiu à Campanha ‘Laço Branco’, durante a 36ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no Auditório Nobre da Capital. O gesto simbólico dos membros do Colegiado, que utilizaram laços brancos, reforçou a mensagem de que a violência de gênero deve ser combatida por toda a sociedade de forma imediata.

A iniciativa integrou as ações promovidas pelo TCESP no âmbito da Campanha “21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres”, reforçando o compromisso da Corte de Contas paulista com a promoção da igualdade, do respeito e da prevenção à violência contra mulheres e meninas.

2. CORPO DIRETIVO

No dia 19 de agosto de 2025, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes tomou posse como Presidente. Em 10 de setembro, o Conselheiro Dimas Ramalho assumiu a Vice-Presidência, e o Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli passou a atuar como Corregedor.

Em virtude das mudanças, no quarto trimestre, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento do TCESP contaram com a seguinte composição

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO** (até 25/11/2025)

Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**

Conselheiro **WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO**

Conselheiro **CARLOS CEZAR** (a partir de 27/11/2025)

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h00

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**

Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

Conselheiro **WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO** (até 25/11/2025)

Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**

Conselheiro **CARLOS CEZAR** (a partir de 27/11/2025)



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

3. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

3.1. FÍSICOS

No quarto trimestre de 2025, foram distribuídos aos julgadores **19 processos físicos**, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Conselheiros Substitutos-Audidores)

MATÉRIA	Conselheiros	Conselheiros Substitutos - Auditores	Total Geral
Contrato	-	4	4
Encaminhar documento	-	1	1
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos – Convênio – Valor Superior	-	1	1
Prestação de Contas – Repasse Órgãos Públicos - Convênio – Valor Inferior	-	1	1
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – Contrato de Gestão	-	3	3
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor/Entidade Privada – Convênio	-	1	1
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – Termo de Parceira	1	4	5
Recurso Ordinário	3	-	3
TOTAL	4	15	19

3.2. ELETRÔNICOS

No período, foram distribuídos **5.089 processos eletrônicos**, conforme classificação apresentada abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos
(Conselheiros, Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores e Gabinete da Presidência)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCCCS	GCDER	GCMAB	GCMV	GCRMC	GCWCR	CCS-A	GP	
Ações	1	-	2	1	1	-	-	1	6
Adiantamentos	8	9	9	7	9	9	-	2	53
Atos de Pessoal	-	1	1	-	-	-	472	1	475
Balanco Geral do Exercício	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Concurso Público	-	1	1	1	-	2	-	1	6
Contas do Governador	-	-	4	-	-	-	-	-	4
Contratos	126	109	115	99	114	112	480	103	1258
Cautelar em Procedimento de Contratação - CPC	185	187	171	189	187	200	-	-	1119
Cautelar de Suspensão de Pagamentos - CSP	1	2	-	3	1	2	-	1	10
Expedientes	21	25	20	18	7	31	18	437	577
Expedientes do Ministério Público	9	7	5	8	8	23	17	199	276
Expedientes do Poder Judiciário	-	1	-	1	2	1	1	20	26
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Multas e sanções	4	1	-	2	2	-	-	-	9
Recursos	117	102	105	114	106	100	10	7	661
Relatório de Fiscalização	3	1	1	-	-	-	-	-	5
Repasses Públicos	50	63	47	46	54	79	90	37	466
Representação	4	4	50	36	10	5	19	3	131
Total Geral	529	513	531	525	501	564	1108	818	5.089

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: FÍSICOS + ELETRÔNICOS	5.108
--	--------------

4. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

4.1. PELO TRIBUNAL PLENO

No quarto trimestre do exercício, foram realizadas **11 sessões ordinárias, nas quais o Tribunal Pleno:**

- Apreciou **356 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **750 representações em sede de Cautelar em Procedimento de Contratação**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes da homologação do certame ou da autorização da autoridade competente) de procedimentos de licitação de órgãos e entidades jurisdicionados/procedimentos de contratação direta, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu, no período, em **6 sessões para tratar de assuntos internos de natureza administrativa.**

4.2. PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmara reuniram-se em **10 sessões ordinárias**. Apreciaram, ao todo, **776 e 806 processos**, respectivamente.

4.3. PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

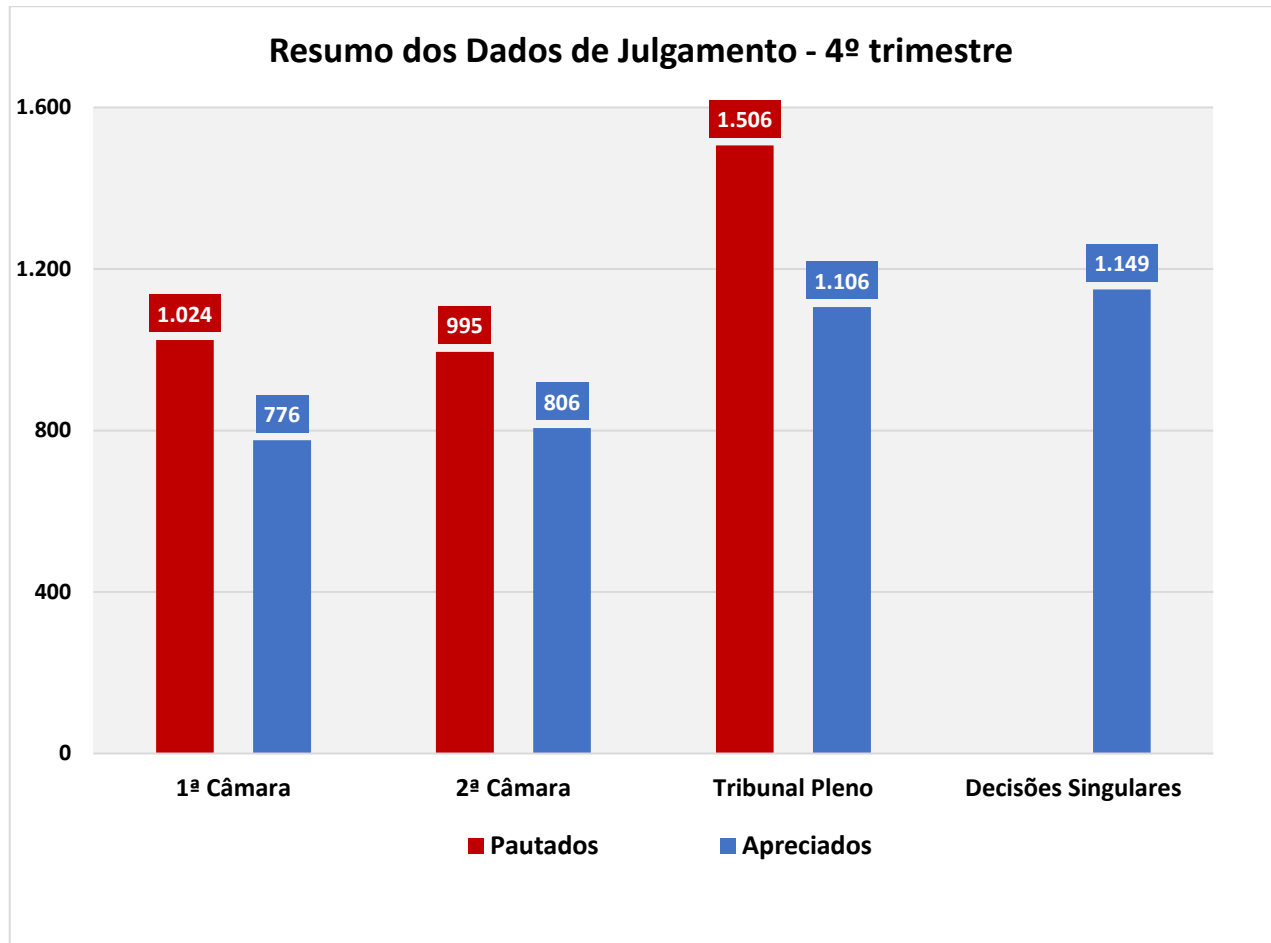
No período, **foram proferidas 312 sentenças**, publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

4.4. PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES

O Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criados pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em ausências e impedimentos. No trimestre, as **matérias tratadas em 837 autos foram julgadas pelos Senhores Conselheiros Substitutos - Auditores.**

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 4º trimestre



4.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010, junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo órgão **6.470 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

4.6. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é compulsório o trânsito de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o quarto trimestre de 2025, o órgão se manifestou em **873 feitos**.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

5.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações de fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, **manifestou-se em 609 processos**.

5.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, no período, foram pautados (SDG-3) **1.519 processos**, dos quais **256 resultaram em notas taquigráficas** (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **3.390 certidões**.

5.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, a **Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, **6.044 processos** pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	44
Processos Eletrônicos	6.000

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou as entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	OUT	NOV	DEZ	Subtotal
ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	47	48	22	117
AUTARQUIA ESTADUAL	6	2	3	11
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	3	1	-	4
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	1	1	-	2
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	-	-	1	1
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	9	12	7	28
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	1	3	-	4
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	3	-	2	5
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	3	1	-	4
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	1	5	3	9
SECRETARIA	-	1	-	1
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	9	3	4	16
TOTAIS	83	77	42	202

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	OUT	NOV	DEZ	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	140	202	91	433
AUTARQUIA MUNICIPAL	37	8	-	45
CÂMARA MUNICIPAL	17	2	-	19
CONSÓRCIO MUNICIPAL	26	11	-	37
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	15	5	-	20
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	11	-	-	11
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	41	9	-	50
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	23	13	15	51
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	7	2	-	9
FUNDAÇÃO MUNICIPAL CONVENIADA	1	-	-	1
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	20	3	1	24
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	12	2	-	14
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	6	12	6	24
PREFEITURA MUNICIPAL	90	29	9	128
TOTAIS	446	298	122	866

Os processos eletrônicos, que correspondem à expressiva maioria dos instruídos no período, apresentam a seguinte segmentação por matéria, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

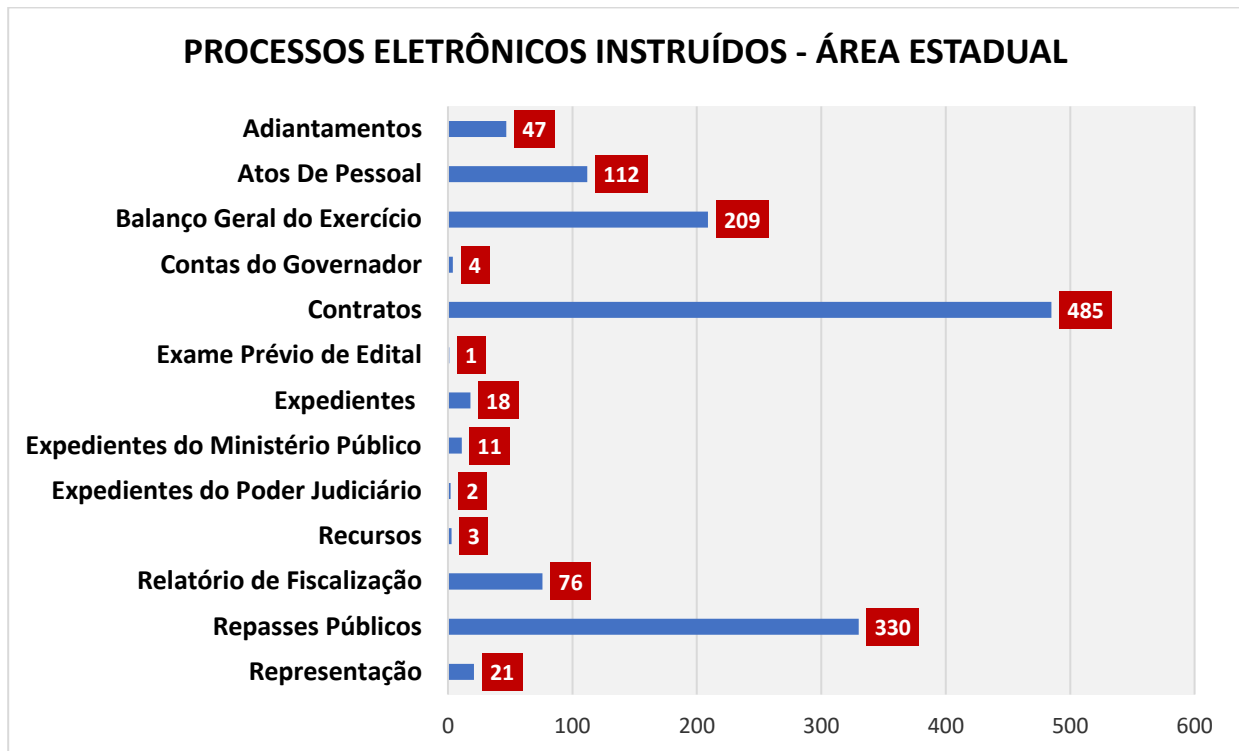
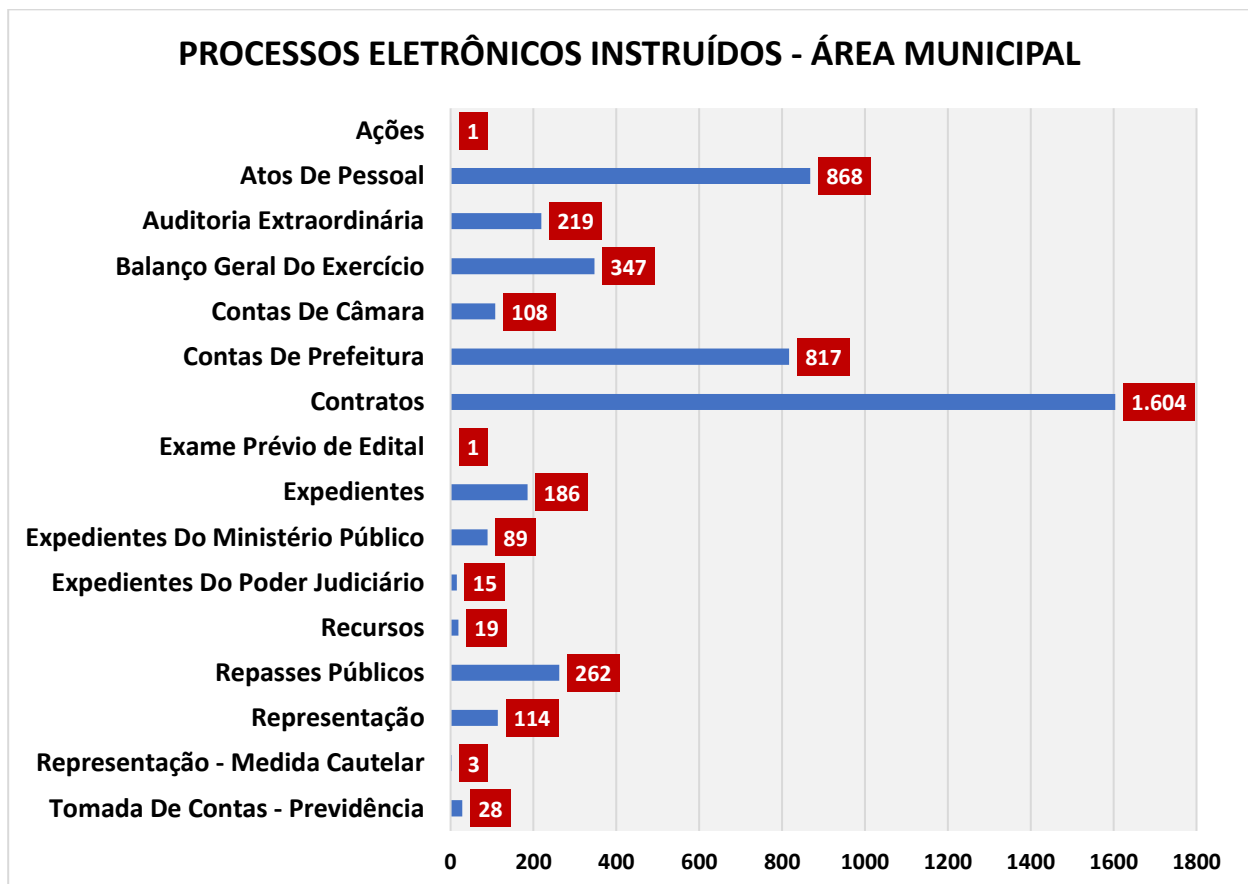


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



*Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

5.1.3. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **38 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **107 processos** com objetos da mesma natureza. No fim de dezembro, o Núcleo registrou um total de **1.113 autos sob seu acompanhamento**.

5.1.4. Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, o DIPE exarou **3.861 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

5.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema Audesp, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No quarto trimestre de 2025, o órgão **conduziu 51 atividades macro analíticas, por meio de suas seções**.

5.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA

Departamento subordinado à Presidência do Tribunal de Contas e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa), é composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **2.999 processos**.

5.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

5.2.2. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 18.078, de 3 de janeiro de 2025, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2025” foi elaborado em observância à Lei n.º 17.990, de 23 de julho de 2024, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2025”.

A dotação para **as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.172.181.749,00**, sendo R\$ 1.161.000.778,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 11.180.971,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.990/2024), o Decreto n.º 69.319, de 22 de janeiro de 2025, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2025 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 23 de janeiro de 2025.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado – PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2025 (Decreto n.º 69.319/2025) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas **suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 175930063 e 275930063 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no **valor total de R\$ 99.027.140,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 02001/2025-1-0002, concluído em 29/1/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO, autorizando a **Crédito Suplementar**, no valor de **R\$ 1.700.000,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, na seguinte conformidade: Redução 33.90.15 (Diárias Militar) - Os valores serão reduzidos do PT 01032020048210000 - Controle e Fiscalização Financeira/Orçamentária, fonte 150010001 - Tesouro-Geral, Grupo 3 – Custeio 339015 – Diárias Militar, no valor de R\$ 1.700.000,00 e serão suplementados na órgão 18000 - Secretaria de Segurança Pública, UO 18004 - Polícia Militar do Estado de São Paulo, elemento de despesa 339015, programa de Trabalho Resumido 180422 (06181181949930000), resultando na mesma finalidade, ou seja, vigilância nos prédios do Tribunal de Contas do Estado de SP, realizada pela própria Polícia Militar do Estado de SP, em substituição à utilização de empresa terceirizada de Vigilância contratada, nos termos do Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/22.

2. Expediente SAO nº 2001/2025-4-0005, concluído em 8/4/2025, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 1.800.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-1/2025 de 28/03/2025, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade: Suplementação 33.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica) com despesa com serviços variados, como as tarifas bancárias pela liquidação de boletos e custeio da participação de servidores do TCE em congressos/seminários no valor total de **R\$ 100.000,00**; e 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente) referentes a gastos relacionados à aquisição de microcomputadores de alto desempenho – *workstation* – incluindo-se garantia *on-site* de 36 meses, para processamento de dados massivos da Divisão de Auditoria Eletrônica (Audesp) do TCE no valor de **R\$ 1.700.000,00**, incluindo possíveis alterações quantitativas.

3. Expediente SAO nº 2001/2025-4-0006, concluído em 8/4/2025, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 6.500.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2025 de 28/03/2025, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para suplementação destinada à cobertura das seguintes despesas: PCA 0934698 - reforma dos andares 9º, 13º e 14º do prédio sede do TCE - custo estimado em **R\$ 3.750.000,00**; PCA 0934700 - reforma do 1º subsolo da sede, prédio Anexo, despesa estimada em **R\$ 1.250.000,00**; e PCA 0939186 - reforma da UR-20, Santos, com despesa estimada em **R\$ 1.500.000,00**.

4. Expediente n.º 02001/2025-7-0008, concluído em 8/7/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando a Antecipação de Quotas, no valor de **R\$ 16.000.000,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, com redução de cota de dezembro/2025 para cobrir ressarcimento do Programa de Aposentadoria Incentivada ao mês de Julho/2025 no valor total de R\$ 16.000.000,00 (31.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil), e suplementação de cota para cobrir ressarcimento do Programa de Aposentadoria Incentivada no mês de julho/2025 no valor total de **R\$ 16.000.000,00** (31.90.13 - Obrigações Patronais).

5. Expediente n.º 02001/2025-1-0010, concluído em 29/7/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando o Crédito Suplementar no valor de **R\$ 92.827.140,00**, com recursos provenientes da Fonte 25001 (Tesouro Superávit – Geral) no valor de **R\$ 84.527.140,00** e Fonte 180081 (Recursos Vinculados do RPPS em Capitalização) no valor de **R\$ 8.300.000,00**, confirmados no Decreto 69.754 de 28 de julho de 2025, para atender despesas com pessoal ativo, incluindo revalorização dos vencimentos dos Auditores e Técnicos de Controle Externo e extensão do auxílio saúde aos servidores inativos do TCESP (LC nº 1422/2025), além dos impactos decorrentes da Revisão Geral Anual de vencimentos e proventos dos servidores do quadro desta Corte de Contas, na data-base fixada em 1º de março (LC nº 12.680/2007), e aplicação da resolução PGE nº 6, de 18/2/2025, bem como atendendo às decisões do Conselho Nacional de Justiça, conforme o Ofício GP nº 1781/2025 do Tribunal de Contas do Estado de SP, julho a dezembro de 2025, no valor total de R\$ 84.527.140,00 (31.90.11.11 (Vencimentos e Vantagens Fixas - pessoal civil); e revalorização dos vencimentos, extensão do auxílio saúde aos servidores inativos, decisões judiciais, em conformidade com o Ofício GP nº 1781/2025, julho a dezembro de 2025, no valor total de R\$ 8.300.000,00 (31.91.13 - Obrigações Patronais).

6. Expediente n.º 02001/2025-7-0011, concluído em 25/7/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando a Antecipação de Quotas, no valor de **R\$ 39.000.000,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, para solicitação de antecipação orçamentária para despesas com pessoal ativo e revalorização dos vencimentos e auxílio saúde aos servidores inativos do TCESP, RGA e outros, conforme o Ofício GP nº 1781/2025, com redução, em dezembro de 2025, no valor total de **R\$ 39.000.000,00** (31.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil); e solicitação de suplementação para cobrir despesas com pessoal ativo, incluindo revalorização dos vencimentos dos Auditores e Técnicos de Controle Externo e extensão do auxílio saúde aos servidores inativos do TCESP

(LC nº 1422/2025), além dos impactos decorrentes da Revisão Geral Anual de vencimentos e proventos dos servidores do quadro desta Corte de Contas, na data-base fixada em 1º de março (LC nº 12.680/2007), e aplicação da resolução PGE nº 06 de 18/2/2025, bem como atendendo às decisões do Conselho Nacional de Justiça, conforme o Ofício GP nº 1781/2025 do Tribunal de Contas do Estado de SP, agosto a outubro de 2025, no valor total de **R\$ 39.000.000,00** (31.90.11 - vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil).

7. Expediente n.º 2001-2025-1-0012, concluído em 20/8/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando o Crédito Suplementar, no valor total de **R\$ 400.000,00** com recursos provenientes da Fonte 1 – Tesouro do Estado, com repasse para a PMESP, em decorrência do Termo de Cooperação 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/2022. Conforme proposta orçamentária, a despesa será executada pela Polícia Militar, com cotas de setembro a dezembro de 2025 no valor de R\$ 100.000,00, e valor total de R\$ 400.000,00 (33.90.15 - Diárias - Militar).

8. Expediente n.º 02001/2025-1-0017, concluído em 18/10/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando o Crédito Suplementar no valor de **R\$ 3.500.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 27593 (FED – Fundo Especial Despesa Superavit), confirmados no Decreto 70.001, de 18 de outubro de 2025, com redução no elemento de despesa para ajuste de natureza de despesa, conforme SEI nº 12664/2025-88, para reforma do imóvel que abriga a UR-04 (Marília) - Cota de setembro no valor de R\$ 3.500.000,00 (obras e instalações), e suplementação para ajuste de natureza de despesa, conforme SEI nº 12.664/2025-88, para a reforma da UR-04 (Marília) - Cota de setembro de 2025 no valor de **R\$ 3.500.000,00** (outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica).

9. Expediente n.º 02001/2025-1-0018, concluído em 24/11/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando o Crédito Suplementar no valor total de **R\$ 46.000.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 15001 (Tesouro Geral), confirmados no Decreto 69.754, de 28 de julho de 2025, para atender despesas com pessoal ativo, incluindo revalorização dos vencimentos dos Auditores e Técnicos de Controle Externo, extensão do auxílio-saúde aos servidores inativos e impactos decorrentes da Revisão Geral Anual de Vencimentos.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2025; em seguida, a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de dezembro do exercício. Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Fevereiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Março	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Abril	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Maio	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Junho	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Julho	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Agosto	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Setembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Outubro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Novembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Dezembro	83.190.079	13.628.247	357.921	-	13.986.168	97.176.247
TOTAL	993.906.897	162.817.980	4.275.901	-	167.093.881	1.161.000.778

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Fevereiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Março	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Abril	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Maiο	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Junho	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Julho	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Agosto	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Setembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Outubro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Novembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Dezembro	644.490	291.367	-	935.857	98.112.104
TOTAL	7.700.00	3.480.971	-	11.180.971	1.172.181.749

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Fevereiro	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Março	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Abril	82.792.438	13.279.370	376.180	-	13.655.550	96.447.988
Maio	82.792.438	13.279.370	376.180	-	13.655.550	96.447.988
Junho	82.792.438	13.279.370	376.180	-	13.655.550	96.447.988
Julho	150.812.880	13.279.368	376.180	-	13.655.548	164.468.428
Agosto	112.194.877	13.562.703	376.180	-	13.938.883	126.133.760
Setembro	112.194.877	13.462.703	356.180	-	13.818.883	126.013.760
Outubro	101.585.815	13.462.703	3.856.180	-	17.818.883	118.904.698
Novembro	83.463.837	13.462.703	356.180	-	13.818.883	97.282.720
Dezembro	75.727.123	13.528.247	357.921	-	13.886.168	89.613.291
TOTAL	1.132.734.037	160.717.980	7.875.901	-	168.593.881	1.301.327.918

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Fevereiro	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Março	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Abril	641.410	3.789.964	-	4.431.374	100.879.362
Maio	641.410	1.439.964	-	2.081.374	98.529.362
Junho	641.410	1.439.964	-	2.081.374	98.529.362
Julho	641.410	939.964	-	1.581.374	166.049.802
Agosto	641.410	839.964	-	1.481.374	127.615.134
Setembro	641.410	739.964	-	1.381.374	127.395.134
Outubro	641.410	-2.860.036	-	(2.218.626)	116.686.072
Novembro	641.410	539.964	-	1.181.374	98.464.094
Dezembro	644.490	441.367	-	1.085.857	90.699.148
TOTAL	7.700.000	8.180.971	-	15.880.971	1.317.208.889

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	80.763.554,89	51.321.606,84	400.246,85	-	51.721.853,69	132.485.408,58
Fevereiro	80.699.344,86	24.960.862,59	495.500,69	-	25.456.363,28	106.155.708,14
Março	79.846.138,58	8.738.340,23	60.000,00	-	8.798.340,23	88.644.478,81
Abril	85.748.565,25	9.791.130,82	257.263,05	-	10.048.393,87	95.796.959,12
Maiο	87.045.287,60	9.465.344,86	201.949,44	-	9.667.294,30	96.712.581,90
Junho	82.657.292,00	5.828.128,39	2.341,87	-	5.830.470,26	88.487.762,26
Julho	116.883.315,92	9.781.012,84	99.429,47	-	9.880.442,31	126.763.758,23
Agosto	113.401.481,80	9.142.543,33	376.700,00	-	9.519.243,33	122.920.725,13
Setembro	106.070.104,65	6.766.545,41	24.000,00	-	6.790.545,41	112.860.650,06
Outubro	90.426.744,55	5.142.904,79	69.885,11		5.212.789,90	95.639.534,45
Novembro	82.215.592,96	10.260.679,57	63.101,92		10.323.781,49	92.539.374,45
Dezembro	124.781.532,19	7.486.833,78	45.705,49		7.532.539,27	132.314.071,46
TOTAL	1.130.538.955,25	158.685.933,45	2.096.123,89	-	160.782.057,34	1.291.321.012,59

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	132.485.408,58
Fevereiro	3.298.967,90	641.900,00	-	3.940.867,90	110.096.576,04
Março	57.977,24	-	-	57.977,24	88.702.456,05
Abril	500.929,95	47.544,00	-	548.473,95	96.345.433,07
Maiο	47.644,40	-	-	47.644,40	96.760.226,30
Junho	350.536,70	8.900,00	-	359.436,70	88.847.198,96
Julho	526.527,43	183.697,68	-	710.225,11	127.473.983,34
Agosto	2.040,00	-	-	2.040,00	122.922.765,13
Setembro	1.756.567,60	952.960,00	-	2.709.527,60	115.570.177,66
Outubro	27.032,31	-	-	27.032,31	95.666.566,76
Novembro	260.528,80	-	-	260.528,80	92.799903,25
Dezembro	899,00	317.088,65	-	317.987,65	132.632.059,11
TOTAL	6.829.651,33	2.152.090,33	-	8.981.741,66	1.300.302.754,25

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	80.753.946,27	5.191.316,43	-	-	5.194.316,43	85.948.262,70
Fevereiro	80.174.977,72	9.901.218,18	118.747,99	-	10.019.966,17	90.194.943,89
Março	79.881.874,23	9.110.852,28	49.423,93	-	9.160.276,21	89.042.150,44
Abril	85.853.470,03	8.407.367,87	230.148,39	-	8.637.516,26	94.490.986,29
Maio	87.104.941,00	11.791.266,64	83.449,70	-	11.874.716,34	98.979.657,34
Junho	82.786.435,75	9.768.719,07	60.828,69	-	9.829.547,76	92.615.983,51
Julho	116.877.250,01	12.080.284,79	280.328,62	-	12.360.613,41	129.237.863,42
Agosto	113.335.040,51	14.130.797,41	83.879,49	-	14.214.676,90	127.549.717,41
Setembro	106.180.749,12	11.683.824,97	642.743,00	-	12.326.567,97	118.507.317,09
Outubro	89.900.551,98	12.056.628,90	64.823,25	-	12.121.452,15	102.022.004,13
Novembro	82.343.175,16	15.598.748,65	67.125,70	-	12.665.874,35	95.009.049,51
Dezembro	125.346.543,47	16.897.088,08	131.239,09	-	17.028.327,17	142.374.870,64
TOTAL	1.130.538.955,25	92.068.647,64	1.812.737,85	-	135.433.851,12	1.265.972.806,37

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	85.948.262,70
Fevereiro	-	-	-	-	90.194.943,89
Março	48.312,14	-	-	48.312,14	89.090.462,58
Abril	9.665,10	-	-	9.665,10	94.500.651,39
Maio	18.057,88	-	-	18.057,88	98.997.715,22
Junho	17.850,00	-	-	17.850,00	92.633.833,51
Julho	118.792,36	698.344,00	-	817.136,36	130.054.999,78
Agosto	18.629,10	-	-	18.629,10	127.568.346,51
Setembro	569.818,80	183.697,68	-	753.516,48	119.260.833,57
Outubro	1.275.820,54	-	-	1.275.820,54	103.297.824,67
Novembro	140.400,61	-	-	140.400,61	95.149.450,12
Dezembro	2.001.191,91	-	-	2.001.191,91	144.376.062,55
TOTAL	4.218.538,44	882.041,68	-	5.100.580,12	1.271.073,386,49

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEEX

5.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Diretorias de Sistemas (DSIS), Tecnologia (DTEC) e Segurança da Informação (DSEG), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de *softwares*; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e

recebimento de *e-mails* corporativos; guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, o DTI atualizou os **Painéis VISOR, Obras, ODS, Mapa das Câmaras, Terceiro Setor e o Infosite do IEG-M**, bem como implementou novas funcionalidades aos sistemas **DTI – Delegações; DDP – Auxílio-Escola e E-Social; Audesp - Fases IV e V e Siscoe; Biblioteca – Sophia; e Controladoria - SGCCI Relatórios**. Ademais, no período, realizou diversas atividades relacionadas ao **sistema ANIA**, abrangendo tanto a cooperação com órgãos públicos quanto a atualização e o aprimoramento técnico da plataforma.

No serviço de suporte ao usuário, o DTI fez **1.717 atendimentos telefônicos**, sendo 754 para servidores e 945 para usuários externos. Além disso, foram **gerados 6.177 chamados virtuais**.

Em relação à Segurança da Informação, a infraestrutura de segurança da Corte **bloqueou 10.872 ataques aos serviços de TI** do Tribunal, além de ter tratado individualmente **1.136 incidentes de segurança**.

5.4. GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua, ainda, na área do contencioso, representando o TCESP nos feitos judiciais.

O GTP elaborou **84 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP totalizou **199 processos e expedientes eletrônicos e físicos**, inclusive com prestação de informações à Procuradoria Geral do Estado. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **442 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

5.5. ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP

Vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, a partir da publicação da Resolução nº 13, de 29 de maio de 2024, a **Escola Paulista de Contas Públicas “Presidente Washington Luís” – EPCP** realizou **37 eventos**, dentre reuniões, cursos e seminários, que contaram com **2.088 participantes presenciais e 14.807 visualizações**.

Do setor, destacaram-se as seguintes atividades no quarto trimestre:

- a) **Live Eixo de Políticas Públicas – Dívida Ativa:** com foco na gestão da Dívida Ativa e na recuperação de créditos públicos, incluindo orientações técnicas, administrativas e boas práticas, sendo direcionada a gestores e servidores da área fiscal.
- b) **Termos de Colaboração e de Fomento – Teoria e Prática:** evento on-line, com o objetivo de orientar gestores e servidores sobre a correta aplicação dos Termos de Colaboração e de Fomento, bem como esclarecer dúvidas relativas às prestações de contas ao Sistema AudeSP – Fase V e às emendas parlamentares no âmbito das entidades do Terceiro Setor.
- c) **Plano Nacional de Imunização:** realizado em formato on-line, o encontro teve como finalidade apresentar e debater os resultados da auditoria coordenada sobre o Plano Nacional de Imunização, destacando desafios, boas práticas e os impactos das políticas públicas de saúde.
- d) **V Seminário Estadual de Controle Interno** – evento híbrido voltado ao fortalecimento dos sistemas de controle interno e à convergência entre governança, gestão pública e controle institucional.
- e) **Previdência em Foco – Desafios e Oportunidades na Gestão dos RPPS:** evento dedicado ao debate sobre os desafios da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social e ao lançamento do Radar dos Investimentos, ferramenta de monitoramento e aprimoramento da governança previdenciária, com participação de autoridades, gestores públicos e especialistas da área.

- f) **Reunião Técnica Reforma Tributária:** em formato técnico, o encontro foi dedicado à discussão dos impactos da Reforma Tributária sobre os entes públicos, com destaque para a transição ao novo modelo de tributação sobre o consumo.
- g) **Seminário Paulista de Enunciados sobre a Nova Lei de Licitações:** destinado ao debate e à consolidação de entendimentos sobre a Lei nº 14.133/2021, com base nos enunciados aprovados na “III Jornada de Direito Administrativo”, contando com a participação de especialistas em Direito Administrativo.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 4º trimestre

4º trimestre de 2025	Quantidade	Número de participantes	Participantes on-line/visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	37	2.088	14.807
<i>Podcontas</i>	5	-	1.074
TOTAL	42	2.088	15.881

A **Biblioteca do TCESP** – subordinada à EPCP – realizou **259** atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas. Já o **Memorial** da Corte de Contas paulista, que tem suas atividades supervisionadas pela EPCP, recebeu **272 visitantes**, sendo **56** oriundos do público interno – servidores, estagiários e terceirizados – e **216** externos, incluindo os alunos participantes do programa “Conheça o TCESP”.

5.6. DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC

Criada pela Resolução nº 02/2025, a Diretoria de Gerenciamento de Processos - DPROC é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte (e-TCESP). No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos

	Descrição	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Atendimentos	Telefone	532	436	361	1.329
	Fale Conosco	805	741	745	2.291
	“Web”	330	280	259	869
	E-mail	6	34	23	63
	Outros (<i>habilitação, perfil de acesso a usuários, substituição de usuários em férias, dentre outras atividades</i>)	458	419	461	1.338
	API/WhatsApp/Presencial	7	4	1	12
Cópias Digitais (CDs) - íntegras de processos		260	270	349	879
Envio de e-mails (Comunicados)		174	176	144	494
SEI		155	97	113	365
Cadastros	Advogados	167	153	54	374
	Partes	565	530	560	1.655
	Órgãos	238	116	90	444
	Participação PILOTO ¹	2	3	1	6

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, à evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se configurações para permitir o envio de processos de Contas de Prefeituras para sessões virtuais de Câmaras; criação da competência de distribuição de processos de Auditoria Extraordinária; desenvolvimento de serviço para obtenção da lista de processos que receberam documentos em um determinado período (ANIA.processo); além de ajustes e aperfeiçoamentos no Radar+ e as manutenções programadas no sistema.

5.7. DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, entre suas atribuições, o **acompanhamento e a coordenação**

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

dos processos de planejamento, bem como das informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

No período, a DCE atuou no **fortalecimento das relações interinstitucionais** e na **celebração de parcerias estratégicas** voltadas ao intercâmbio de informações, ao desenvolvimento de **ações conjuntas de monitoramento**, à capacitação de jurisdicionados e à aproximação entre práticas institucionais e o meio acadêmico.

Destaca-se, ainda, a realização de tratativas com a Controladoria Geral do Estado de São Paulo para alinhamento de escopo de futuro acordo de cooperação, com foco no intercâmbio de bases de dados e na capacitação de servidores para atuação no combate à corrupção.

A **DCE-1** atuou intensamente na gestão e monitoramento do **Plano Estratégico 2022-2026**, promovendo a **7ª Reunião do Comitê Estratégico Institucional**, que reuniu presencialmente cerca de 50 gestores de objetivos, gerentes de iniciativa e coordenadores de projetos estratégicos, e alcançou 124 servidores via transmissão on-line. Durante o encontro, foram apresentados os **avanços do portfólio de projetos e os resultados detalhados de 11 projetos prioritários de 2025**.

Em preparação para **2026**, a seção realizou reuniões para **mapear novos projetos e consolidar prioridades** e conduziu **ações estruturantes**, como a contratação de sistema de gestão de projetos e a prospecção de consultorias técnicas para a revisão do plano estratégico.

Ao longo do período, a **DCE-1** **contribuiu diretamente para projetos vinculados a diversos objetivos estratégicos**. Ao término do trimestre, o portfólio do Plano Estratégico contabilizava **214 projetos**, sendo **125 concluídos**, **50 em andamento** e **39 ainda não iniciados**, evidenciando o avanço na execução das iniciativas estratégicas do Tribunal.

A **DCE-2** atuou no fortalecimento da **articulação institucional** com **Unidades de Inteligência de órgãos e entes públicos**, promovendo intercâmbio de conhecimentos e boas práticas com Unidades de Informações Estratégicas de Tribunais de Contas, Ministério Público, Controladoria-Geral do Estado, CADE e outros órgãos. Destaca-se a participação em instâncias nacionais e estaduais de inteligência, como Rede InfoContas, Sisbin e FOCCOSP, contribuindo para a **integração de experiências, aprimoramento de matrizes de risco e proposição de ações estratégicas**.

No âmbito de cooperação técnica, a DCE-2 deu continuidade à celebração de **acordos com instituições financeiras**, incluindo a assinatura do Termo de Adesão ao Acordo com a Atricon e o Banco do Brasil. Paralelamente, houve desenvolvimento do Projeto “**Relatório para Gestão de Prazos de Processos Eletrônicos**”, cujo objetivo é o aprimoramento de relatórios para mitigação de riscos de descumprimento de prazos, voltados à SDG e ao Ministério Público de Contas.

5.8. DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio à Presidência e à Chefia de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos. A Diretoria também cuida da distribuição de processos, bem como sua redistribuição ou quaisquer outras adequações decorrentes de proposta consignada nos autos.

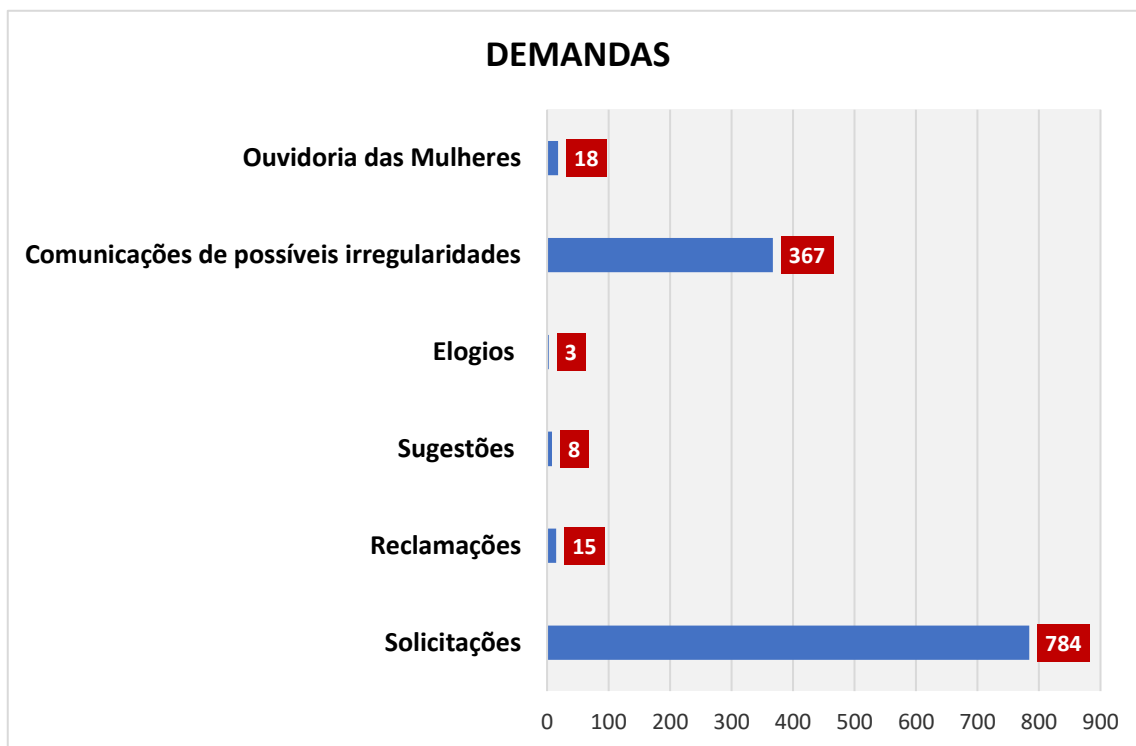
No período, a Diretoria preparou **1.149 despachos** no âmbito do **Sistema SEI (administrativo)**, além de **247 minutas de despachos no e-TCESP**.

A DEP também conduziu as tarefas necessárias à realização de **6 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno, 193 Sustentações Orais e 266 Memoriais**. Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

5.9. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, realizou **1.233 atendimentos**, neste trimestre. A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **38 pedidos** de informações. Abaixo, quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



Registre-se, ainda, o total de **1.177 novos chamados abertos e 1.198 respondidos**.

5.10. CONTROLADORIA INTERNA

Conforme estabelecido pela **Resolução nº 06/2021**, a Controladoria do TCESP atua como o órgão central do Sistema de Controle Interno do Tribunal. A sua função primordial é assessorar a Presidência e os gestores internos, **zelando pela observância dos princípios constitucionais da Administração Pública**, o que envolve avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, comprovar a legalidade, eficácia e eficiência da gestão financeira e patrimonial, e **promover o gerenciamento de riscos e a melhoria contínua da qualidade do gasto público** dentro da estrutura do próprio TCESP.

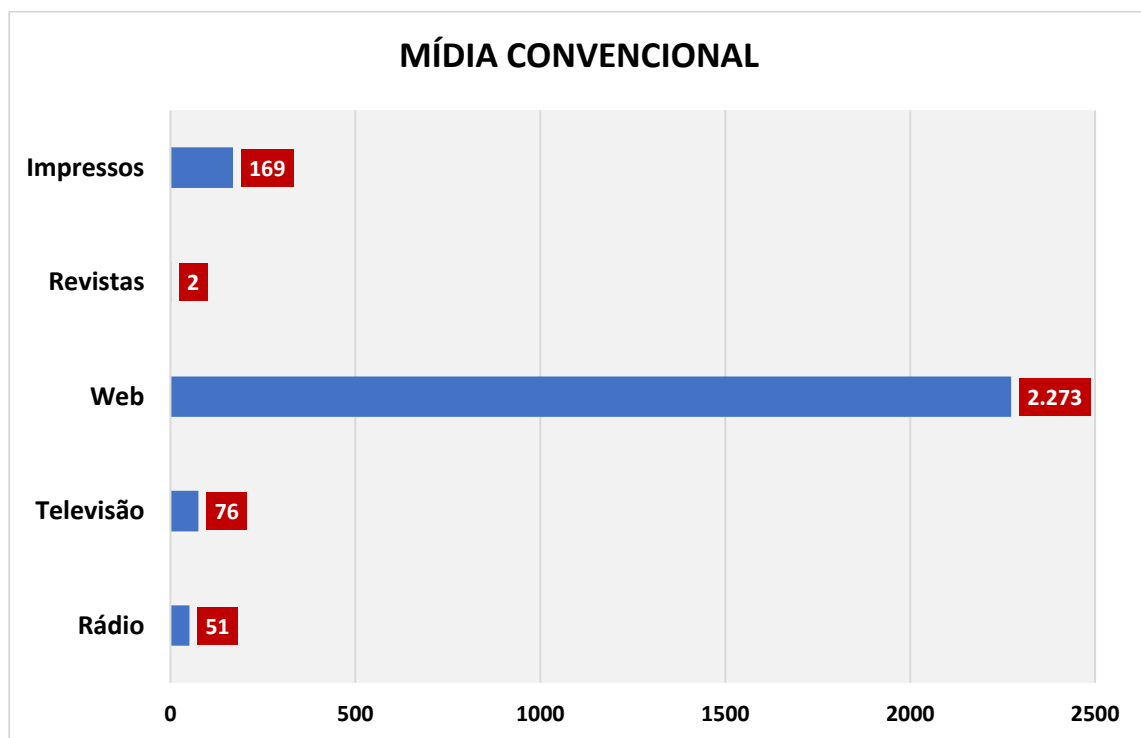
5.11. DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS

Instituída pela Resolução nº 22, de 12 de dezembro de 2023, a Diretoria de Comunicação Social do TCESP é responsável por desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do Tribunal, promovendo o fluxo adequado de informações

entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores. Dentre as atividades promovidas no período, destacam-se:

CLIPPING: a DCS utiliza-se de ferramenta de clipagem de conteúdo para monitoramento e análise de menções feitas ao TCESP na mídia convencional, abrangendo televisão, rádio, jornais e revistas (impressos e em meio eletrônico), *sites* noticiosos, *blogs*, entre outros. No quarto trimestre, foram **2.571 registros na mídia convencional**.

Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional



NEWSLETTER: a Diretoria também é responsável pela produção de *newsletters*, com periodicidade semanal, com as principais notícias, decisões e julgamentos. No período, foram produzidas **10 newsletters**, enviadas a **30.459 contatos**, sendo **28.622 externos e 1.887 internos** (servidores na Capital e nas Unidades Regionais).

PUBLICAÇÕES: no período, foram publicadas no *site* institucional e no Portal do Servidor **183 notícias** relativas a julgamentos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno), agenda, seminários, cursos, eventos internos e externos, e de interesse do servidor. Ademais, foram veiculadas **692 publicações em redes sociais**, **25 comunicados internos**, realizadas **30 inserções no calendário** – obrigações dos jurisdicionados e eventos promovidos pela Corte –, e divulgadas **59 fotos-legendas**. A DCS também é responsável

pela produção gráfica, editoração eletrônica, diagramação e veiculação de manuais e de materiais de cunho institucional. No período, foram disponibilizadas **19 publicações**, sendo **11 artigos, 5 boletins, 2 manuais e 1 relatório**. Por fim, a DCS fez **63 postagens no Microsoft Teams** – canal por onde informa os servidores sobre eventos, comunicados, campanhas, novidades e acontecimentos da Corte – e enviou **45 mensagens pelo canal “Comunicação TCESP” do WhatsApp** corporativo. A plataforma Google Analytics, com a unificação de notícias nos Portais do Servidor e Institucional, registrou **296.009 usuários e 2.139.987 visualizações**.

PRODUÇÃO GRÁFICA E EDITORIAL: no quarto trimestre, foram desenvolvidas pela DCS **337 peças gráficas/editoriais** (artes), digitais e/ou impressas.

CONTEÚDO AUDIOVISUAL: ao todo, foram produzidos **147 conteúdos audiovisuais**, englobando a supervisão de entrevistas e gravações; o desenvolvimento de reportagens em vídeo (*videotape/VT*); produção de programas e séries que tratam de assuntos relacionados ao escopo de atuação do TCESP; gravação de *podcasts*; entre outros conteúdos digitais para o público interno e/ou externo. O material produzido é divulgado na TVTCE, no canal do YouTube, na Rede TCESP e em outras redes sociais (Instagram, Facebook e TikTok). Além disso, foram disponibilizadas **4.425 fotos** do TCESP na conta oficial do órgão no Flickr, o que gerou um total de **7.903 visualizações**.

CERIMONIAL: a Seção de Cerimonial é responsável por acompanhar a agenda da Presidência (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP. No trimestre, o Cerimonial atuou em **1 evento externo e 15 internos**, elaborando roteiros e prestando suporte técnico protocolar.

5.12. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

5.13. ASSESSORIA POLICIAL CIVIL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Instituída pelo Decreto nº 68.806, de 26 de agosto de 2024, a Assessoria Policial Civil do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi criada para garantir apoio policial institucional ao TCESP, assegurando suporte técnico e operacional para suas atividades de fiscalização, auditoria, diligências externas e, quando cabível, encaminhamento e acompanhamento de fatos de natureza policial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **quarto trimestre de 2025**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
PRESIDENTE

ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 15 - Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP	34/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	3/10/2025
GP	35/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	10/10/2025
GP	36/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	17/10/2025
GP	37/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	24/10/2025
GP	38/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	3/11/2025
GP	39/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	7/11/2025
GP	40/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	14/11/2025
GP	41/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	24/11/2025
GP	42/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	28/11/2025
GP	43/2025	Emendas Parlamentares	1/12/2025
GP	44/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	5/12/2025
GP	45/2025	Questionário Emendas Parlamentares – Prorrogação de prazo	10/12/2025
GP	46/2025	Emendas Parlamentares – Poder Legislativo	12/12/2025

Tabela 16 - Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	56/2025	Entidades proibidas de novos repasses	3/10/2025
SDG	57/2025	Alertas de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao quarto bimestre (RRO) do ano de 2025	13/10/2025
SDG	58/2025	Correção de informações do VAAR - FUNDEB	13/10/2025
SDG	59/2025	Volume de processos julgados no 3º trimestre do exercício de 2025	20/10/2025
SDG	60/2025	Transferência da data comemorativa do Dia do Servidor Público para o dia 27 de outubro	24/10/2025
SDG	61/2025	Fase IV do Sistema AudeSP	30/10/2025
SDG	62/2025	Cadastramento ou atualização do responsável pelo Controle Interno	30/10/2025
SDG	63/2025	Coleta de contatos das empresas de TI que atendem os órgãos jurisdicionados – Sistema AUDESP Fase V (Prestação de Contas)	3/11/2025
SDG	64/2025	Entidades proibidas de novos repasses	5/11/2025
SDG	65/2025	Atualização das normativas da Educação Infantil	7/11/2025
SDG	66/2025	Indução de políticas públicas voltadas à resiliência climática	12/11/2025
SDG	67/2025	Calendário de Obrigações do Sistema AudeSP para 2026	1/12/2025
SDG	68/2025	Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras	3/12/2025
SDG	69/2025	Entidades proibidas de novos repasses	3/12/2025

SDG	70/2025	Recursos repassados pela União destinados a ações de fomento a matrículas em tempo integral na educação básica no âmbito do Fundeb	5/12/2025
SDG	71/2025	Reforma Tributária	5/12/2025
SDG	72/2025	Adesão ao convênio NFS-e	12/12/2025
SDG	73/2025	Alerta sobre os recursos investidos no Banco Master	17/12/2025
SDG	74/2025	Volume de Processos Julgados no 4º Trimestre	17/12/2025
SDG	75/2025	Alertas de que trata o §1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, relativos ao quinto bimestre (RREO) do ano de 2025	17/12/2025
SDG	76/2025	Implementação da educação fiscal nos currículos das redes públicas de ensino	19/12/2025



2025



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo